



Petite fille au chapeau jaune
(Pierre-Auguste Renoir)

Entrevista

Entrevista com Deivison Faustino

Por Janine Rodrigues

JR · Oi, Deivison, para iniciarmos a nossa conversa, pensei em algumas questões, trago aqui, basicamente, duas perguntas. A primeira delas é quem é Deivison, qual o seu percurso até aqui?

·
Eu sou sociólogo, um estrangeiro à psicanálise. Inicialmente, me aproximei da psicanálise na busca de entender melhor o pensamento de Frantz Fanon. Depois, passei a dialogar com algumas psicanalistas antirracistas que também identificavam este autor como uma referência teórica fundamental. Foi nesse contexto que encontrei o *Amma Psique e Negritude*¹ que me acolheu e muito me ensinou. A partir daí eu fui tendo contato com outras psicanalistas que reconheciam a articulação entre clínica e política.

Voltando à sua pergunta sobre quem é o Deivison, tem um rap dos *Racionais Mc's* que diz: “sou um rapaz comum”², mas no rap o eu lírico morre. Eu nasci em 1982, em Santo André, uma cidade da região metropolitana de SP, cresci numa favela, que foi construída por uma ocupação. Meu avô foi um dos primeiros a ocupar aquele território, ele e muitos outros parentes vieram de Poções, no interior da Bahia, e ocuparam o território para trabalhar com as metalúrgicas do ABC. Não conseguiram e foram se tornando pedreiros, seguranças, camelôs. Foi ali que eu conheci o Hip Hop, em uma época de efervescência política, e a partir disso fui me envolvendo com movimentos sociais, com as esquerdas do ABC, com toda aquela áurea que ainda tinha do sindicalismo e as discussões em torno de comunismo, anarquismo, feminismo entre outros debates muito comuns nos movimentos sociais.

Na militância organizada a partir do movimento Hip Hop, pude conhecer organizações negras, como a Posse Hausa, o MNU, o Força Ativa e o JUNAC, bem como alguns pensadores importantes que até hoje me acompanham, como Angela Da-

Sabíamos que Fanon era psiquiatra, mas acreditávamos que isso era secundário para ele. Quando tivemos contato com seus textos clínicos, descobrimos a importância da clínica para sua proposta de emancipação.

[1] Pioneiro no cuidado do sofrimento psíquico provocado pelo racismo, o AMMA hoje é um Centro de Pesquisa, Formação e Referência em Relações Raciais, nacionalmente reconhecido, que desenvolve estratégias em saúde, saúde mental, educação e direitos humanos.

[2] *Rapaz Comum*. Racionais Mc's.

vis, Karl Marx, Malcolm X, Lenin, Clóvis Moura, Mumia Abul Jamal e Frantz Fanon. Apenas muito depois, aliás, por pressão, foi uma amiga mais velha do Movimento Negro, Katia Coelho – por quem tenho muito carinho – que eu decidi entrar na faculdade. Quando eu chego ao curso de Ciências Sociais, em Santo André, tive dois estranhamentos: o primeiro, de classe, a universidade era, e ainda é, um ambiente hostil a pessoas que vêm da quebrada. O segundo é que eu, que já chego à universidade formado por aquilo que Cedrick Robinson chama de “Tradição Negra Radical”, encontro um ambiente crítico onde a discussão sobre o racismo é completamente ausente. Problema que ainda persiste, mas hoje em uma outra conjuntura.

Durante a minha graduação, continuei participando da militância negra de base na quebrada. Foi nessa época que, em parceria com algumas pessoas negras militantes, sobretudo a Mara Assentewa, transformamos a nossa Posse de Hip Hop em uma organização negra, feminista e de esquerda chamada Grupo Kilombagem, onde buscávamos mesclar a organização política com estudos teóricos sobre as dimensões de gênero e raça da luta de classes. A partir daí, tive o privilégio de conhecer e circular por muitos cantos políticos, geográficos e epistêmicos. Destaco, aqui, tanto a minha entrada no mestrado em Saúde Coletiva, também em Santo André, quanto a minha participação na construção da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

No doutorado, eu queria fugir do campo da saúde, porque considerava tudo excessivamente empirista e pragmático. Fui para a Sociologia estudar Frantz Omar Fanon e nessa época não se falava desse pensador, mas, em poucos anos, a sociedade e a universidade passaram a ser intensamente cobradas a discutir o racismo e a produção intelectual negra. Como eu já vinha estudando Fanon, neste momento, encontrei um certo espaço social para divulgar minhas pesquisas e posicionamentos políticos.

O que aconteceu depois foi bastante inesperado para mim. Eu, que comecei estudar Fanon para fugir do campo da saúde – dado que as suas contribuições anticoloniais se estendem à filosofia, à economia política e até a semiótica – fui encontrando nele um pensador com intensas interlocussões com a psicanálise, em particular, e com diferentes expoentes da psicologia,

psiquiatria e a ergoterapia. Em 2011, surgiu um compêndio de textos clínicos do autor e isso foi um baque para mim e para os estudiosos de Fanon, familiarizados até então com suas reflexões sobre a revolução anticolonial.

Sabíamos que Fanon era psiquiatra, mas acreditávamos que isso era secundário para ele. Quando tivemos contato com seus textos clínicos, descobrimos a importância da clínica para sua proposta de emancipação. Para ele, o próprio colonialismo tem uma dimensão subjetiva e isso precisava de um olhar que não fosse apenas sociológico, mas um olhar que levasse até as últimas consequências tais implicações subjetivas.

Neste momento, então, decidi me debruçar sobre as dimensões clínicas de seu pensamento, mas foi ficando óbvio, logo de início, que essa tarefa demandava uma aproximação, não apenas com a psiquiatria, mas, sobretudo, com a psicanálise, a gestalt e a fenomenologia existencial. Por essa razão, optei por fazer um pós-doutorado na USP no campo da Psicologia Clínica para poder ter elementos para entender esse Fanon, que está dialogando com Freud, Ferenczi, Gobstein, Ey, Lacan, uma série de autores. Hoje, sou professor da Faculdade de Saúde Pública da USP e tenho me dedicado a estudar a clínica de Frantz Fanon e, a partir dele, os aspectos raciais envolvidos no atual processo de digitalização da saúde física e mental, mas isso é tema para uma outra entrevista.

Então, é isso. Eu diria que sou um rapaz comum, mas que fui sendo atravessado por processos políticos e teóricos que foram me formando e dando subsídios para travar alguns embates nesses espaços.

JR · Você conta como a sua formação foi acontecendo e sendo atravessada por vivências anteriores à universidade. Temos discutido muito que a universidade não é o único espaço de transmissão de conhecimento, conhecê-lo como único é uma das violências que a população negra sofre. Eu tive a oportunidade de trabalhar com pessoas incríveis que não estiveram ou estiveram tardiamente na universidade. Temos pouco reconhecimento dessa produção intelectual fora dos campos reconhecidos como tais. E quando pensamos a psicanálise eu vejo muitas conexões com essa realidade.

Além disso, quando algumas intelectuais negras driblam, surpreendentemete essas barreiras – como é o caso de nomes brilhantes, como Lélia Gonzalez, Neuza Santos Souza, Isildinha Nogueira, Maria Lucia da Silva e a própria Virgínia Bicudo – seguem sendo ignoradas nos espaços hegemônicos de reflexão e transmissão psicanalítica.

Você poderia falar um pouco sobre a importância do pensamento decolonial na psicanálise? É possível, acredito que sim, mas ainda olhando para nossa realidade, muitas vezes, parece algo utópico, porque ainda se discute algo absurdo, como: uma pessoa negra só poderá fazer análise com uma pessoa negra? Vejo que ainda protagoniza uma discussão muito raza. Na sua opinião, quando vamos dar outro passo nessa questão decolonial e antirracista, um passo significativo.

Acho que há três elementos importantes a serem considerados nesta discussão. O primeiro, com relação ao seu comentário, tem a ver com o acesso individual à terapia. Em um país desigual em termos regionais e raciais, como o Brasil, esse acesso é elitizado. O custo da sessão implica, muitas vezes, em uma barreira insuperável de acesso da população negra à clínica psicanalítica. Esse foi, inclusive, um dilema para o *Amma Psiquê e Negritude*. Quando a organização começou a ter uma ação mais pública, surgiu uma demanda muito grande por terapia para pessoas negras de baixa renda até que as próprias profissionais passaram a não dar mais conta e se sobrecarregar por algo que é, a rigor, reflexo da ausência de políticas públicas de acesso à saúde mental.

Esse problema se conecta diretamente a outro bastante delicado para a psicanálise, que é o preço da sessão. No capitalismo, o dinheiro é considerado o equivalente universal da riqueza e ele vira o mediador de acesso aos bens (mercantilizados), como é o caso da saúde ou da alimentação. Neusa Santos Souza tem um artigo laciano bem curtinho em que defende a importância de se pagar – e caro – pela sessão. Ela argumenta que quem não paga a sessão fica devendo econômica e moralmente e a dívida vai atravessar negativamente as dinâmicas transferenciais próprias da análise.

Esta posição é muito interessante, mas a pergunta que fica – não apenas em uma sociedade desigual, onde o dinheiro não é igualmente distribuído, mas, sobretudo, se criticarmos radicalmente o seu estabelecimento como equivalente universal da riqueza – é: será que o dinheiro é a única forma de pagar a sessão?

Se o próprio laço social moderno, fundado sobre o colonialismo, a desumanização e o genocídio, instituiu-se a partir de um rasgo racial estrutural – uma dívida impagável às pessoas negras e indígenas, como lembra Denise Ferreira da Silva – como se pode calcular as equivalências entre o valor e o preço da sessão? Eu exploro essas perguntas em um artigo chamado *The cost of the section and the unpayable debt*, que sairá em breve em um dossiê organizado pelo Freud Museum de Londres.

O que eu quero chamar a atenção é que, numa sociedade marcada pelo racismo, o custo da sessão se torna uma barreira institucional de acesso à análise. Não apenas aos analisandos, mas aos possíveis analistas. Quem tem o poder – econômico e social – para ser formar analista ou, sobretudo, ser referência teórica? A psicanálise é um campo que exige uma formação constante, inicial e de longo prazo – aliás, nunca vi uma área em que as pessoas estudam tanto como a psicanálise. Ao mesmo tempo, isso implica em um investimento constante, inicial e de longo prazo, que demanda recurso, dinheiro e tempo. Ou as instituições de transmissão criam estratégias reparadoras ou seguirão barrando uma parte importante da população brasileira.

Além disso, quando algumas intelectuais negras driblam, surpreendentemente essas barreiras – como é o caso de nomes brilhantes, como Lélia Gonzalez, Neuza Santos Souza, Isildinha Nogueira, Maria Lucia da Silva e a própria Virgínia Bicudo, que fundou o Grupo Psicanalítico de São Paulo, precursor da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) – seguem sendo ignoradas nos espaços hegemônicos de reflexão e transmissão psicanalítica. Essas autoras não têm a possibilidade de circulação, porque circulação implica rede de relações, rede de privilégios, implica, como diz Cida Bento, pactos narcísicos que excluem. Esses pontos precisam ser incluídos nessa discussão se a gente quiser construir uma psicanálise antirracista.

Outra questão, dando sequência a essa problemática é no sentido de *locus* mesmo, sentido o mais foucaultiano possível, da própria análise, porque a/o/e analista não é neutro nas posições que ocupa no interior dos laços sociais, assim como também não é neutro no próprio divã. Há um lugar da/o/e analista que aciona significantes para o analisando. Então, outro ponto importante para se pensar, pois se a/o/e analista não se interroga sobre esse

Emiliano David nos provoca ao afirmar que “O quesito cor não deve ser somente um tema para recepcionistas do CAPs é um elemento para trazer para o divã”. Acho que essa provocação pode ser estendida ao próprio analista. Qual é o lugar racial do analista e quais as implicações esse locus pode ter para o seu manejo, assim como para as dinâmicas de transferência e contratransferência?

lugar pode ser que tenha dificuldades de escutar significantes que o próprio analisando vai mobilizar.

Ao se referir à saúde mental pública, Emiliano David nos provoca ao afirmar que “O quesito cor não deve ser somente um tema para recepcionistas do CAPs, é um elemento para trazer para o divã”. Acho que essa provocação pode ser estendida ao próprio analista. Qual é o lugar racial do analista e quais implicações esse *locus* pode ter para o seu manejo, assim como para as dinâmicas de transferência e contratransferência? Por que esses elementos não são tematizados? Ou a cor só aparece no debate quando uma pessoa negra entra na sala? Por acaso o branco está fora das relações raciais? Acredito que esses aspectos podem atravessar o *setting* analítico e precisam ser objeto constante de reflexão na transmissão e prática clínica.

O racismo estrutura o laço social moderno, mas a sua não tematização clínica pode resultar numa certa surdez às dores do racismo, gerando ainda mais sofrimento. Uma das contribuições da psicanálise é que, ao contrário, dessa premência visual da civilização ocidental, propõe a escuta, mas se essa escuta não está atenta a determinadas violências presentes na cadeia de significantes, ela pode ser surda a certos elementos, que podem ser muito caros aos analisandos. Ao não ouvir, ao deixar passar, ao não conseguir se distanciar, ao não conseguir se aproximar, a gente pode falar de identificação, a gente pode falar de desidentificação, a clínica pode, então, ser mais um espaço de violência.

É muito comum a crítica de pessoas negras que buscam análise e que quando se fala de papai e mamãe a clínica tem eco, mas quando falam da dor do racismo parece que não há. Além de violências mais explícitas, por exemplo, a identificação do analista com a situação do agressor e não com a do agredido. Então, há uma discussão a se fazer sobre o que significa trazer e considerar elementos de ordem social, política no interior da clínica.

Ainda que o papel da clínica seja interrogar o sujeito na sua singularidade, esse sujeito não está fora das relações sociais e nem o próprio analista, que também é atravessado por suas próprias dimensões simbólicas.

Agora, tem mais um elemento que gostaria de trazer que demanda que a psicanálise trate com a mesma seriedade que trata a disputa entre Lacan e La Planche, entre o primeiro e o segundo

É muito comum a crítica de pessoas negras que buscam análise e que quando se fala de papai e mamãe a clínica tem eco, mas quando falam da dor do racismo parece que não há. (...) Então, há uma discussão a se fazer sobre o que significa trazer e considerar elementos de ordem social, política no interior da clínica.

Freud, que leve a sério a discussão teórica antirracista. Isso implica trazer a discussão antirracista para o interior dos espaços de transmissão. Não como um elemento externo à psicanálise, mas como um movimento que ajuda a pensar a própria psicanálise. Até que ponto esse lugar histórico, geográfico, esse *locus* de poder europeu, até que ponto essa Viena ou Paris, o *Je* ou o *Moi*, dão conta de expressar os dilemas subjetivos num país como o Brasil no século XXI. Perguntas como essas precisam ser feitas, mas para isso é preciso levar a sério a pauta antirracista como algo que ajuda a entender a própria psicanálise, como um saber localizado.

A psicanálise é a primeira a anunciar a morte do pai ao afirmar que nenhum saber é universal. No entanto, como lembra o psicanalista José Damico, tem dificuldade de matar os seus próprios pais e acaba sendo tomada por seus seguidores como um saber universal, ignorando que ela também emerge de um contexto particular que precisa aparecer para ser problematizado.

O *locus* da psicanálise é europeu. É um saber que emerge como tentativa de resposta à crise da sociabilidade burguesa em suas pretensões universalistas e racionalistas. Uma sociabilidade pautada pela emergência e crise da figura do indivíduo, que no auge do século XIX já aparecia cindido, não apenas do laço social, mas de si mesmo na relação com esse laço. O que frequentemente escapa a muitas análises é que esse laço (moderno) é fundado na animalização, colonização e genocídio de negros/as/es e indígenas. Animalização que permite omitir essa violência como inerente ao laço, localizando o mal-estar apenas nos indivíduos pertencentes aos laços, mas omitindo aqueles que sequer podiam ser considerados indivíduos – humanos –, por não serem europeus. É o colonialismo que sustenta a sociedade e a cultura do mal-estar. Mas, como explica Lélia Gonzalez, ele é denegado da consciência nacional brasileira e da própria psicanálise. O resultado é desastroso.

A clínica é o lugar do singular, porém como lembrava Freud, a psicologia individual é também uma psicologia social. Isso significa que as psicanálises precisam se haver com os seus racismos, exceto se acreditam ser possível estar imune ao laço e à linguagem, que, há muito tem sido demonstrado, estão impregnados de racismo.

Por outro lado, para voltar à sua pergunta sobre uma clínica decolonial, eu acho super importante, em primeiro lugar, reco-

A psicanálise é a primeira a anunciar a morte do pai ao afirmar que nenhum saber é universal. No entanto, como lembra o psicanalista José Damico, tem dificuldade de matar os seus próprios pais e acaba sendo tomada por seus seguidores como um saber universal, ignorando que ela também emerge de um contexto particular que precisa aparecer para ser problematizado.

nhecer no debate antirracista a multiplicidade de pensamentos antirracistas. Assim como há muitos feminismos, também o pensamento antirracista tem diferenças, disputas e negociações. Entro aqui num pensamento decolonial, que é uma vertente entre várias outras propostas de pensamento. Podemos falar no pensamento anticolonial, que está presente nas lutas de libertação no continente africano e compõe um repertório que a gente conhecia no século XX como pan-africanismo.

Na contramão disso, tem o pensamento pós-colonial, que surge no Reino Unido, no final do século XX e que é uma oposição ao pensamento anticolonial, que trazia muito forte a identidade nacional como um eixo. O pós-colonial vai questionar a identidade, vai aderir a noção de diferença ao pós-estruturalismo. Outra vertente que não é radicalmente oposta ao pós-colonial, mas tem muitas diferenças é o decolonial, que é uma resposta latinoamericana ao pós-colonial, que tem as premissas de retomar a identidade latinoamericana e a discussão de uma colonialidade do saber, do poder e do ser.

No meio dessas três, vai surgir, por exemplo, o Nego Bispo propondo o contracolonial como uma recusa dessas anteriores e como uma tentativa de dar uma resposta mais brasileira, mais quilombola às discussões sobre colonialismo. Além disso, tem outros antirracismos que não estão pensando no colonialismo, estão pensando em igualdade e equidade, aqui pensamos, por exemplo, na teoria da afrocentricidade, ela não é nem anticolonial, nem pós-colonial, nem decolonial, nem contracolonial, ela vai denunciar a modernidade como um desvio da identidade africana, uma forma de África mais universal, mais homogênea e vai propor o retorno a essa África.

Temos, ainda e ao mesmo tempo, pensamentos antirracistas mais clássicos, nos EUA, os *black studies* buscam a possibilidade de conquistar maior equidade nas relações de poder na sociedade capitalista. Além disso, é possível identificar as desigualdades sociais de raça, mulheres negras ganham menos que homens e o debate sobre que tipo de políticas devem ser feitas para equiparar esse cenário, então são muitas as diferenças.

No meio disso, é importante lembrar que temos os feminismos negros e que em algum momento também têm cisões entre si. Nem todas as mulheres negras se consideram feministas. No

Brasil, por exemplo, temos tanto uma rede que se coloca como feminismo negro, mas também temos uma articulação de mulheres negras que não têm no feminismo o grande eixo de sua organização, embora tenha mulheres negras como base. Isso também aparece nos EUA, no mulherismo da Alice Walker, daqui vai surgir o mulherismo africano da Clenora Hudson-Weems.

Há um esforço necessário de uma maior aproximação com essa literatura, que implica diálogos, discussões no debate com a psicanálise. Por exemplo, a gente tem a Maria Lúcia da Silva, que vai propor uma psicanálise antirracista e ponto. Por outro lado, temos outros autores que propõem uma psicanálise decolonial, dialogando com Maria Lugones entre outros.

Assim como, por outro lado, tem um conjunto de psicanalistas que vão estudar a Ditadura, tema bem importante para o Sedes, até para poder pensar que respostas a clínica pode oferecer a cenários assim. O tema da Ditadura ganha visibilidade, porque se trata de um tempo em que a polícia agiu para com a classe média e a elite da forma que ela sempre agiu na favela em tempos democráticos. Trata-se, portanto, também de ver que há um acerto de contas a se fazer, acho que estamos no momento de levantar novas questões, mas a psicanálise ainda tem um acerto de contas a fazer com esse Brasil que, aparentemente, ainda é desconhecido para importantes formuladores e teóricos da psicanálise.

Por fim, o pensamento antirracista é múltiplo, mas ainda é tratado como se fosse um pensamento homogêneo. Isso precisa ser superado para avançarmos na tarefa de incorporar a discussão antirracista na transmissão da psicanálise. Essa é uma tarefa da nossa época.

